

O dispositivo da colonização do presente pelo passado: a preservação do patrimônio cultural arquitetônico na perspectiva euricêntrica

GUIMARÃES, Maria de Fátima / Universidade São Francisco - fatima.guimaraes@usf.edu.br

BUENO, João Batista Gonçalves / Universidade Estadual da Paraíba - joaobgbueno@hotmail.com

» *Palabras claves: patrimonio cultural – corpo - experiências*

» **Resumo**

Focalizamos conexões entre história, memória e linguagem no diálogo com a educação. Tais conexões foram rastreadas por entre visões de mundo plurais, no imbricamento de experiências singulares, cujas concepções e percepções pressupõem dimensões simbólicas e políticas historicamente construídas, que se inscrevem, atravessam e deslocam o corpo humano - locus, no qual experiências relativas ao patrimônio cultural ganham concretude ao acolherem sensibilidades, sociabilidades, práticas e saberes que reverberam na valorização ou não de um bem arquitetônico. A pesquisa de uma história do lugar e seu ensino nos provocaram a lançar um olhar atento para políticas de preservação arquitetônica na contemporaneidade. Para tanto: reportamo-nos às nossas experiências docentes, tecendo reflexões sobre processos de tombamento do patrimônio arquitetônico instaurados entre os anos 1995-2013, em Bragança Paulista (Brasil), mobilizando o dispositivo metafórico da colonização do presente pelo passado, com o intuito de problematizarmos tais processos, rastreando sensibilidades e sociabilidades que emergiram por entre suas páginas, assim como flagrar possíveis práticas e usos sociais dos bens tombados que pudessem trazer indícios da diversidade étnica, sexual, religiosa e política das comunidades que neles habitaram e viveram.

» **Apresentação**

» Em nosso artigo vamos ao encontro das possíveis conexões entre história, memória e linguagem no diálogo com a educação, tomada enquanto processo cultural polissêmico, atravessado por tensões, disputas e conflitos entre os diferentes grupos sociais. Processo este matizado por visões de mundo plurais, no imbricamento de experiências singulares, cujas concepções e percepções pressupõem dimensões simbólicas e políticas, historicamente construídas, as quais se inscrevem, atravessam e deslocam o corpo. Partimos do pressuposto que estas experiências, ao longo de nossas vidas tendem, em algum momento, a ressurgir como que de um acaso qualquer ou atendendo a uma vontade de rememoração. Mas, é como se as lembranças dessas experiências estivessem à espreita de uma brecha ou no enalço de uma pequena distração de nossa racionalidade instrumental (WEBER apud GAGNEBIN, 1999), para nos fazerem como que reféns de um outro espaço/tempo, reinventado por arranjos aleatórios ou não, de sensibilidades, ambivalentemente inscritas e

subjetivadas no corpo, posto que este é educado, formado e conformado na relação com o mundo, as pessoas e os significados mobilizados por saberes e práticas, num dado tempo e espaço.

› Tais sensibilidades podem sugerir algo próximo de um repertório formado, conformado e potencializado por experiências vividas. Repertórios e experiências estas que dão nuances às subjetividades singulares e que ganham materialidade no corpo, posto que tomamos este como um território biológico e simbólico, um “[...] traço da memória da vida [...] o corpo de um indivíduo pode revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia mas, ao mesmo tempo, escondê-los [...] na verdade, um corpo é sempre “biocultural”, tanto em seu nível genético, quanto em sua expressão oral e gestual.” (SANT`ANNA, 2001, p. 3). Tomamos assim o corpo como locus no qual experiências relativas ao patrimônio cultural ganham concretude ao ancorarem, para além de sensibilidades, sociabilidades, práticas e saberes que se manifestam sob diferentes formas e linguagens, que pressupõem relações dialógicas marcadas pela interação social. Relações que tendem a reverberar na valorização ou descaso deste ou daquele bem cultural, desqualificando ou relegando-o ao esquecimento, assim como práticas, valores e saberes de uma dada comunidade, que por ventura não vá ao encontro do paradigma de conhecimento hegemônico daquele contexto sociocultural, que entendemos enquanto uma arena violenta de tensões, embates e conflitos. Sob tal perspectiva, abordar uma história do lugar e seu ensino nos exigiram atenção redobrada para políticas de preservação de bens arquitetônicos pertencentes às primeiras décadas do século XX, porque dessacralizamos o que parecia óbvio: o valor histórico e cultural de determinados bens para a cidade (PESAVENTO, 2008), trouxemos para nossa abordagem a preocupação de desnaturalizar aquilo que estava posto como inquestionável.

› Qualquer cidade é polissêmica e polifônica, o que permite-nos infinitas aproximações. Pensamos que na modernidade a cidade é um espaço social marcado pelas disputas de poder, em seus diferentes níveis, mas ambivalentemente também entendemos que a trama urbana, simbolicamente significada, sugere potencialidades outras para além daquelas tradicionalmente valorizadas, cujas manifestações podem sugerir projetos urbanísticos e apropriações distintas para a mesma cidade.

› Em nosso texto pontuamos que muitas cidades brasileiras, sobretudo aquelas situadas no eixo da cafeicultura, na virada do século XIX para o XX, vivenciaram inúmeras mudanças – a energia elétrica, movendo as máquinas com maior intensidade, as ruas e os becos sendo iluminados, os trens e os bondes (HADLER, 2007) permitindo o rápido e grande fluxo de pessoas e mercadorias, o telégrafo e o telefone mediatizando a comunicação e a emergência de novas demandas sociais junto a uma população impactada pelo novo, pela sensação de aceleração do tempo e encurtamento das distâncias, pela massiva presença de imigrantes e de ex-escravos perambulando pelas ruas. Essas demandas ocorreram em um Brasil rural, que determinados setores da sociedade viam e pretendiam fosse privilegiadamente urbano.

› É perceptível no período que a “... politização do dia-a-dia transformou o corpo do morador da cidade e a sua forma de percepção do mundo exterior, de modo que os indivíduos passaram a ser colonizados em seus gestos, sentimentos e na própria maneira de apreender a realidade...” (DIAS, 1992, p. xiv-xv). Tal politização estimulou o engendramento de diferentes disciplinas, tentativas de controle e de governo (FOUCAULT, 2010) do cidadão, implementadas pelo estado e por diferentes instituições sociais, perpassadas por racionalidade fabril. Ela inscreveu-se no corpo desse homem, ganhou visibilidade nas sensibilidades relativas ao corpo que emergiram junto aos seus contemporâneos. Esta politização ocorreu com ritmo e intensidade variáveis, com particularidades específicas. Para os contemporâneos das primeiras décadas do século XX, não havia como se esquivar do fascínio e do estranhamento causados pelo crescimento populacional, pela industrialização acelerada das grandes cidades e pela oferta infindável de novos produtos e tecnologias e, assim como pelo receio de um forte movimento operário, de revoltas e violentas lutas no mundo rural e iletrado, ressentido pela miséria, exploração e precárias condições de sobrevivência (GUIMARAES, 2013).

› Neste sentido, reportamo-nos às nossas experiências docentes, para tecermos reflexões sobre processos de tombamento do patrimônio arquitetônico instaurado entre os anos 1995-2013, em Bragança Paulista, uma cidade brasileira do Estado de São Paulo, tanto quanto propusemos e mobilizamos o dispositivo metafórico da colonização do presente pelo passado (GUIMARÃES, 2013), na relação com questões e reflexões carregadas em seu rastro para problematizarmos tais processos e suas implicações socioculturais. Tomamos este dispositivo metafórico para dar inteligibilidade às nossas referências anteriores à “colonização do presente pelo passado” (GUIMARÃES, 2013). Considerando-se, sobretudo, que o que nos chamava a atenção e chama ainda quando participamos de estudos do meio e caminhadas de percepção pela trama inicial da cidade – e por alguns lugares de Bragança, é que tais espaços carregam na sua identificação os nomes de sujeitos que pertenceram às elites locais, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Naquela época, as denominações das ruas e dos logradouros públicos traziam inscritos indícios do relevo da cidade, das principais atividades econômicas locais, de ideais e de práticas socioculturais características do período. Estas denominações foram alteradas na virada do século XIX para o XX, as ruas e logradouros públicos passaram a ostentar os nomes de membros das elites urbanas locais. Afinal de contas, os motivos para denominá-las pelos seus antigos nomes não condiziam com os ares liberais e republicanos da modernização, civilização e do progresso econômico-cultural que se almejava implementar e reconhecer na cidade. Pensamos que essa troca de denominações das ruas é elucidativa das relações de poder vigentes na cidade, naquele momento histórico. Tomamos estas novas denominações como vestígios da “colonização do tempo presente por relações de poder e práticas socioculturais do passado”, inscritas no espaço/tempo urbano, na paisagem urbana. Dessa constatação, resultaram algumas questões que foram e são tomadas como provocações salutares, sempre que somos chamados a refletir e discutir no coletivo sobre a construção do conhecimento histórico e educacional local: quais os significados das mudanças das denominações das ruas e

logradouros públicos? Elas seriam rastros da privatização do espaço público? Como, quando e por que aqueles cidadãos – o tenente, o coronel, o major, juiz; membros das elites urbanas, passaram a ser referências privilegiadas das memórias e das histórias de Bragança? Tais questões nos estimulam a enveredar por diferentes campos de disputas. Como a partir dessa visão local ampliar nosso olhar para o contexto mais amplo do que acontecia no país e no mundo com o avanço do capitalismo?

Julgamos que as então “novas e oficiais” denominações destas ruas e logradouros públicos trazem marcas de um espaço/tempo passados – elas instauram e evocam referências de uma dada memória e história local, de um dado território e relações de poder que a elite letrada daquela época queria legar para a posteridade e legou. Este legado ultrapassou os limites de seu espaço/tempo de origem; tanto que, na maior parte das vezes, quando se fazem referências ao patrimônio cultural de Bragança, quer seja nos diferentes meios de comunicação ou em discussões políticas, ou em projetos de tombamento e preservação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CONDEPHAC) da cidade de Bragança Paulista ou em propostas para a construção de conhecimentos históricos e educacionais dessa cidade no espaço escolar, observamos a valorização dos imóveis localizados sobretudo na área central da cidade e pertencentes aos tais membros da elite letrada de então, localizados privilegiadamente na trama urbana inicial e na parte mais alta da cidade. No dia a dia, pouquíssimas pessoas tendem a valorizar uma casa de porta e janela que talvez tenha pertencido a algum antigo e modesto ferreiro, pedreiro ou alfaiate da cidade. Este legado – esta versão de uma dada memória e história local afeita tão somente aos grandes cafeicultores e comerciantes; também têm suas raízes e força nas narrativas e memórias de alguns moradores da cidade. Havia e há uma versão da história local que não cessa de ser apregoada. Segundo tal versão, Bragança estagnou com a queda do café, e como os grandes cafeicultores, em sua maior parte, pertenciam à família Leme ou eram seus aliados políticos, todo progresso e riqueza que a cidade um dia teve, deveu-se a tal família e aliados. Lê-se estagnação e atraso na mudança do eixo econômico e no ritmo de crescimento local. Esta versão tende a excluir do horizonte as tensões e os conflitos, ancorados em experiências das classes trabalhadoras, dos imigrantes pobres e de descendentes de negros recém-libertos. Para além do que, é como se todos que repetem e reafirmam tal versão se tornassem reféns da evocação de um tempo passado e idealizado que não volta mais.

Assim, propomos que, muitas vezes, as questões relativas ao patrimônio cultural e à construção de conhecimentos históricos e educacionais sobre Bragança, tendem a produzir uma “colonização do presente pelo passado”. É como se os sujeitos históricos cedessem lugar aos heróis locais, consagrados por uma versão monolítica da memória e da história de Bragança. Nessa versão, o espaço urbano parece estar tomado por rumores pesarosos de um tempo que não volta mais. Como se fosse possível silenciar os rastros de dissonâncias e as permanências de práticas socioculturais, algumas impregnadas de resistências. Em diferentes situações, no diálogo com diferentes interlocutores – inclusive membros do CONDEPHAC e

professores dos anos iniciais do ensino fundamental, quando problematizava a ausência de outras versões da memória e história da cidade, percebemos que estes nossos interlocutores com ênfase, recorrem aos textos produzidos por memorialistas consagrados da cidade. Estes que, muitas vezes, produziram suas narrativas a partir de suas próprias memórias e dos almanaques, anuários, jornais e de fotografias locais produzidos por membros daquela elite letrada, na virada do século XIX para o XX. Muitos destes memorialistas tomaram tais documentos como fontes sacralizadas e verdadeiras da história local, assim como alguns de nossos interlocutores.

Na elaboração desse texto levamos em conta que tal dispositivo metafórico instaura possibilidades significativas para a análise da história local e a construção de conhecimento histórico e educacional (GALZERANI, 2001) de Bragança Paulista, na relação com questões sobre a cidade, a memória e o patrimônio cultural, em escalas mais amplas, na modernidade (BENJAMIN, 1989). Consideramos que a modernidade contempla aspectos relativos à modernização das forças produtivas e aos valores estéticos do modernismo, retomando dessa forma, as contribuições de BERMANN (1986).

Esta ideia nos estimulou a refletir sobre as possíveis conexões entre algumas experiências e sensibilidades urbanas, marcadas por relações de poder, tensões e, até mesmo, conflitos urbanos, que se entrelaçam com legados da “colonização do presente pelo passado”. Talvez ainda, tal ideia tenha emergido na relação com algumas reflexões que se imbricaram com o estranhamento que a naturalização de certas formas e conformações de experiências urbanas assumiram na modernidade (BENJAMIN, 1989). Ainda mais, quando atentamos para o fato que “ao se tornar produtor, isto é, um utilizador consciente dos instrumentos de trabalho, o homem se torna ao mesmo tempo um ser social e um criador de espaço.” (SANTOS, 2002, p.21). Foi a partir destas questões iniciais que entrecruzamos algumas experiências com reflexões acerca da cidade, da arquitetura e do corpo. Pontuamos que algumas concepções com as quais nos deparamos sobre patrimônio cultural, na dinâmica destas experiências, acabaram por adensar as nuances e dúvidas que emergiram, no que tange às questões acerca do uso, preservação e fruição dos bens culturais por diferentes sujeitos, sobretudo nas cidades. E, em certa medida, nos provocaram a focalizar com maior detalhamento o dispositivo metafórico da colonização do presente pelo passado.

› **Considerações finais**

Visando discutir e refletir sobre “a colonização do presente pelo passado”, adotamos dois movimentos distintos, mas que dialogam entre si. No primeiro movimento situamos o lugar – espaço/tempo significado pelas memórias e experiências–; do qual dialogamos com os referenciais teóricos que ancoraram as questões e reflexões acerca deste dispositivo metafórico. Na sequência, trouxemos alguns pressupostos

que balizaram as questões apresentadas e abordamos com mais vagar reflexões sobre a cidade em conexão com as potencialidades de experiências urbanas mediadas pela alteridade, transmissibilidade e reciprocidade (TABORDA, 2008). Para tanto, fomos ao encontro da educação política dos sentidos (GAY, 1988) que nos instigou refletir sobre paradigmas da modernidade européia, calcados nas ideias de civilização, progresso e modernização, que foram e são, muitas vezes, sacralizados na relação com as particularidades locais, que tendem a ser desqualificadas, tomadas enquanto precárias ou atrasadas. Estas ideias vão ao encontro da precarização das condições de vida de determinadas comunidades, através da exploração imobiliária legitimada por visões de mundo eurocêntricas e colonizadas. Ao tomarmos alguns processos de tombamento do CONDEPHAC, pareceres e fotografias que os compõem observamos que esta desqualificação, silenciamento e apagamento de experiências que não se circunscreviam aos paradigmas da modernidade européia, colocavam em evidência que a seara do patrimônio cultural é uma arena de tensões, disputas e conflitos, nos quais diferentes visões de mundo, manifestações culturais, concepções e percepções do corpo na relação com o tempo-espaço, na paisagem urbana se digladiam. Sendo assim, procuramos rastrear e compreender sensibilidades e sociabilidades e que emergiram nos processos de tombamento, tanto quanto flagrar, entre os documentos que constituem tais processos, possíveis práticas e usos sociais dos bens tombados que pudessem trazer indícios da diversidade étnica, sexual, religiosa e política das diferentes comunidades que vivem no espaço urbano, que atravessaram e deslocaram o corpo. Tal procedimento teve por finalidade mobilizar memórias e histórias plurais da cidade de Bragança Paulista, muitas vezes silenciadas ou apagadas no conhecimento histórico e educacional trabalhado nas escolas locais.

Bibliografia

- BENJAMIN, W. (1989). *Paris do segundo Império: a boêmia; flâuner; a modernidade*. São Paulo: Brasiliense.
- BERMANN, M. (1986). *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DIAS, M. O. L. da S. (1992) *Apresentação*. In: SEVCENKO, N. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos freemontes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras.
- GAY, P. (1988). *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GAGNEBIN, J. M. (1999). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- GALZERANI, M. C. B. (2001) "A produção de saberes históricos: saberes locais & saberes globais". En *Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas: Área do conhecimento – História*, n. 3, 53-57. São Paulo: IBEP.
- GUIMARÃES, M. de F. (2013). *Corpo e cidade: sensibilidades, memórias e histórias*. Jundiaí: Paco Editora.
- FOUCAULT, M. (2010). *Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. São Paulo: Centro de Cultura Social; RJ: Achimé.
- HADLER, M. S. D. (2007). *Trilhos da modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos*. Tese de doutorado em educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- PESAVENTO, S. J. (2008). *Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador*. In: RAMOS, A. F.; PATRIOTA, R.; PESAVENTO, S. J. *Imagens na História*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- SANT'ANNA, D. B. de. (2001). *É possível realizar uma história do corpo?* In: SOARES, Carmem Lúcia (Org.). *Corpo e história*. Campinas, SP: Autores Associados.
- SANTOS, M. (2002). *Por uma geografia nova*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- TABORDA, M. A. (2008). "O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo". En: *Revista Brasileira de História*, n.º 45, p. 147-170. São Paulo.